

A portrait of an elderly woman with short, wavy grey hair, wearing glasses and a colorful floral patterned top. She is smiling and looking slightly to the right. She is wearing a necklace with a red tree pendant and a multi-strand beaded necklace. The background is a soft-focus outdoor setting.

**Cerimônia de
outorga do
título de
Professora
Emérita à
Professora
Doutora
Lisete Regina
Gomes Arelaro**

FEUSP

18.06.2021

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Cerimônia de outorga do título de Professora Emérita à Professora Doutora Lisete Regina Gomes Arelaro

Homenagem da Direção da FEUSP

Professor Doutor Marcos Garcia Neira

Pronunciamento do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação - EDA

Professora Doutora Carmen Sylvia Vidigal Moraes

Saudação à Lisete Arelaro, Professora Emérita

Professora Doutora Sonia Maria Portella Kruppa

Pronunciamento da Homenageada

Professora Emérita Lisete Regina Gomes Arelaro

Homenagem da Direção da FEUSP

Certa vez, ouvi a professora Lisete Regina Gomes Arelaro dizer que dentre as muitas pessoas que marcam as nossas vidas, sempre há um professor ou professora. Tenho certeza que ela é uma professora que marcou seus alunos e alunas, mas também as instituições por onde passou. E este é o caso da Faculdade de Educação da USP, casa que habita desde princípios dos anos 1970 quando ingressou como estudante da Pós-Graduação, e no início dos anos 1980 quando foi aprovada no primeiro processo seletivo público para docente da FEUSP. Percorreu todos os níveis da carreira docente, presidiu a Comissão de Cultura e Extensão, representou a Congregação no Conselho Universitário, chefiou o departamento de Administração Escolar e Economia da Educação e, por fim, elegeu-se diretora. Nessas cinco décadas de vida acadêmica, o reconhecimento de seus pares decorrente de sua participação proativa e perfil trabalhador, tornaram-na indicação irrefutável para diversas representações. Responsabilidade que assumiu e desempenhou de forma comprometida com sua história de luta pelo direito da população a uma educação pública de qualidade, diante do comprovado reflexo da escolarização na redução da desigualdade social.

As marcas deixadas pela professora Lisete na instituição e nas pessoas que aqui estão ou por aqui passaram se fazem notar de muitas formas, seja pela sua liderança política, pelos ex-orientandos que se tornaram docentes, pela atuação importante na organização do Programa de Pós-Graduação em áreas, pelo esforço para consolidar a pesquisa sobre financiamento da educação, pela coordenação de projetos de envergadura nacional ou pelo empenho incontestado na construção da biblioteca professor Celso de Rui Beisiegel.

Enquanto intelectual orgânica, o comprometimento com a transformação do mundo que aí está é uma marca indelével na trajetória acadêmica da professora Lisete, no ensino, pesquisa, extensão ou na gestão, área que conhece como ninguém por ter assumido variados cargos no sistema estadual e municipal de educação, tomando-a, inclusive, como objeto de estudo e militância político-científica nas associações que ajudou a fundar e das quais participa com olhar e crítico e propositivo com vistas à construção de políticas públicas que combatam o fracasso escolar.

Alguns desses momentos pude acompanhar bem de perto, episódios que no meu modo de ver simbolizam a pessoa, a professora e a acadêmica engajada. Peço desculpas pelo tom pessoal a partir de agora, condição que reivindico porque reasumo minha condição de aluno diante da mestra.

Dos meus tempos de estudante da pós-graduação, recordo com clareza o papel determinante que Lisete desempenhou nas discussões que levaram à reorganização do curso de Pedagogia, com o estabelecimento das habilitações integradas e a

ampliação do número de vagas. Até meados da década de 1990, ingressavam 60 estudantes no período vespertino e 60 no período noturno. Opondo-se às propostas que sugeriam a redistribuição das vagas sem alteração do montante, ela defendeu com muita veemência a duplicação da quantidade de ingressantes no período noturno, argumentando em todos os fóruns que não se tratava de mera questão quantitativa, mas sim de viabilizar o acesso de um público que só poderia frequentar as aulas à noite. Como sabemos, essa conquista permanece até hoje.

Um segundo episódio deu-se em 2012, momento em que ela era a diretora e eu estava à frente da Comissão Coordenadora do Curso de Pedagogia. O Conselho Estadual de Educação publicara uma deliberação que devastaria o Programa de Formação de Professores da USP, em especial, o currículo da Pedagogia. Diante da letargia da Pró-Reitoria de Graduação que parecia ignorar a gravidade da situação, a professora Lisete convocou as coordenações da Pedagogia e da licenciatura a assumirem o protagonismo na resistência ao desmonte que se anunciava. O seu apoio político foi importante para viabilizar a união de todos os cursos de licenciatura da USP. Os embates, que não foram poucos, terminaram em 2014 com a publicação de outra Deliberação que alterou substancialmente a anterior. Lisete parabenizou as CoCs pela conquista sem saber que o seu estímulo e encorajamento foram decisivos naquele processo.

Para finalizar, gostaria de relatar mais duas passagens que no meu entender retratam com perfeição a professora Lisete. Afinal, somos o que fazemos.

Voltando aos tempos da graduação, Lisete foi nossa professora de Estrutura e Funcionamento do Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Uma parte do bloco B passava por reformas e, sobretudo no período noturno, as turmas tinham que ser alocadas em diferentes espaços. As aulas de Estrutura e Funcionamento, por exemplo, aconteciam no auditório da Escola de Aplicação. Lisete ficava em pé no palco, segurando o microfone, problematizava com euforia os argumentos dos autores de referência das 19h30 às 23h. Carlos Roberto Jamil Cury, Luiz Antonio Cunha, José Carlos Melchior, José Mário Pires Azanha, Luiz Pereira, Moysés Brejon eram convidados a dialogar com a experiência de quem conhecia as entranhas da administração pública.

Certa noite, por volta das 22h10, 22h15, os estudantes começaram a se levantar e sair um a um. Eu estava sentado na frente, perto do palco, e não percebi o que acontecia nas cadeiras de trás. Quando dei por mim, estava sozinho. Não tinha como escapar. Lisete, não se fez de rogada nem perdeu a pose, desenvolveu seu raciocínio até o fim, concluindo a aula no horário padrão. Apagamos as luzes do auditório, encostamos a porta e saímos num alegre bate papo. Foi uma experiência inusitada para um aluno do primeiro ano, conversar informalmente com uma professora animada e extravagante, cheia de boas histórias para contar.

Outra passagem que bem ilustra a personalidade da nossa querida professora Lise-

te deu-se no ano retrasado, antes da pandemia, no dia em que ela foi chamada à sala da direção para ser oficialmente informada que havia sido agraciada com o título de Professora Emérita. A situação requer alguma formalidade, um ritual do qual participam a assistência acadêmica, a chefia de departamento, a direção e a outorgada. Qual não foi a sua surpresa ao receber a notícia que a Congregação da faculdade aprovara a indicação do departamento por unanimidade. Ela questionou essa votação, justificando que nunca fora unanimidade em nada. Quase entra com recurso ou pede a recontagem de votos.

Pois bem, para nós, a Lisete é tudo isso. Uma representante da FEUSP aguerrida, que defende o direito à educação com todas as forças; uma diretora com visão ampla que apoia e incentiva o engajamento das comissões nas disputas que envolvem os cursos de licenciatura; uma professora dedicada que não se abstém da função docente nem que seja para um só aluno, e uma membra da nossa comunidade que ela bem sabe que é plural, por isso mesmo não se furta ao diálogo e à valorização das diferenças.

Professora Lisete, em nome da Congregação, receba o título de *Professora Emérita* como forma de reconhecimento pela relevância do trabalho que realiza na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Lisete, você nos representa.

São Paulo, 18 de junho de 2021.

Marcos Garcia Neira
Diretor

Pronunciamento do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação - EDA

Professora Doutora CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES

Querida *Lisete Regina Gomes Arelaro*,

O que dizer de *Lisete*?

Dizer que é comprometida com as questões do povo brasileiro é pouco, pois sua inspiração e luta constante por dignidade, justiça e igualdade para com os pobres e oprimidos ultrapassa inclusive os recortes da nação, sua dedicação é incomensurável;

Dizer que tem paixão pela política é pouco, diante do seu engajamento, por meio de proposições e de envolvimento em lutas populares; suas opiniões fundamentadas e posições firmes diante dos fatos, bem como sua participação destemida em dois pleitos eleitorais (um com 38.000 votos como candidata a deputada pelo PT e outro com 507 mil votos como candidata a governadora pelo PSOL);

Dizer que está envolvida com os problemas da gestão pública é pouco, diante das tarefas que assumiu perante secretarias de educação municipais, estaduais e instâncias universitárias e que guardam efusivas lembranças e saudades, de sua pessoa e de suas realizações, por parte daquelas pessoas com as quais conviveu e ainda convive;

Dizer que conhece a máquina pública e sua burocracia é pouco, pois prova inequívoca disso são seus cuidados com a documentação, os procedimentos e as “saídas” encontradas para os problemas (muito embora ela possa parecer “caótica”, pelo seu comportamento “acumulador” de papéis...); tudo isso revela sua alta capacidade de elaboração intelectual e de astúcia em materializar iniciativas;

Dizer que é compromissada com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade social é pouco, pois suas contribuições para a política e a legislação educacional foram fundamentais, a exemplo de sua participação no processo constituinte federal e estadual, na construção de propostas democráticas (quase sempre de modo coletivo, sua marca característica) para a LDB, para os PNEs, para os PEEs entre

tantas outras incontáveis contribuições de âmbito e menor alcance, mas não menos importantes;

Dizer que dá atenção ao “chão da escola” é pouco, pois no trato com estudantes, pais e mães, funcionárias/os, docentes, gestoras/es de escolas, entende e, principalmente, ouve e dialoga com todas as pessoas, como sujeitos políticos;

Dizer que se preocupa com suas aulas e demais atividades didáticas é pouco, pois seus alunos e alunas, orientandos e orientandas, monitores e monitoras, ouvintes, entre outras pessoas participantes de cursos e disciplinas sempre lembram de sua dedicação, atualização e ousadia no trato de temas e abordagem de assuntos;

Dizer que está em constante busca de uma maior compreensão da realidade é pouco, diante de suas percepções, posições, projetos e obras expressas em suas pesquisas e em toda a sua produção intelectual e sua atuação profissional;

Dizer que se interessa por dados é pouco, diante de suas leituras, associações e interpretações sempre articuladas com as políticas, os interesses e as disputas que permeiam o tratamento desses dados;

Dizer que se envolve com entidades da educação e similares é pouco, pois além da sua participação e atuação, sua presença é sempre requerida em eventos, atos e celebrações – as pessoas mais próximas costumam brincar que, por si só, **Lisete** é uma senão várias entidades;

Dizer que sua vida espiritual é “irrelevante” é pouco, diante da sua aura (para quem acredita, claro!), dos diferentes elementos de que ela se cerca, como a “espada de São Jorge”, o “o pote com alho e sal grosso”, suas imagens religiosas e seu colar de contas azuis · ou seriam vermelhas? ·, apenas “para ajudar”...;

Dizer que gosta de uma boa mesa é pouco, pois seu apreço por caipirinha, feijoada, bacalhau, peru de Natal, e também por um bom vinho, com pizzas, massas e que tais, tudo isso devidamente acompanhado de adoráveis conversas, articulações e canções nos inesquecíveis momentos coletivos compartilhados com tanta gente;

Dizer que é uma guerreira é pouco, assim como também é pouco dizer que é resiliente, pois é exemplo de tenacidade e superação também no enfrentamento de fortes contratempos de saúde;

Dizer que trata com todo cuidado as pessoas de suas relações é pouco, diante da afetividade, do carinho e da atenção para com amigas e amigos, familiares e pessoas próximas, tanto de longa data quanto mais recentes;

Dizer qualquer coisa positiva de **Lisete** é pouco, pois tudo seria muito pouco - desconfiamos até que os dicionários ainda não contêm adjetivos suficientes para tal qualificação;

Assim sendo, talvez seja necessário e suficiente dizer apenas que é um privilégio te conhecer e estar perto de você em alguns de seus momentos...

Parabéns, **Lisete**, pelo título de PROFESSORA EMÉRITA! Com muito reconhecimento de todas e todos nós.

Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação - EDA

São Paulo, junho de 2021

Em plena pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo...

Saudação à Lisete Arelaro, Professora Emérita

Professora Doutora SONIA MARIA PORTELLA KRUPPA

*Você pensa
que brilhar
é fácil?
Prove, pra ver!
(...)
Brilhar para sempre,
brilhar como um farol,
brilhar com brilho eterno,
Gente é pra brilhar...
Vladimir Maiakóvski*

Os versos, acima, aplicam-se integralmente à pessoa e à trajetória profissional e política de Lisete Regina Gomes Arelaro.

Lisete é como o sol cantado e homenageado pelo poeta, no compromisso alegre, vivo e profundo com a escola pública de qualidade, em que os ideais de justiça social não são apenas discurso, mas atividades e práticas consistentes.

É o que se constata em sua trajetória e o que me move na afirmação de que a entrega do título de Professora Emérita, que ora se concede à Lisete Regina Gomes Arelaro, honra a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

É o que se revela, também, em diferentes momentos que antecedem e circundam sua atividade acadêmica junto à FEUSP, quando se encontra como estudante de mestrado, em 1968, sob orientação de Luis Pereira e, posteriormente, de Maria da Penha Villalobos e, em 1981, quando inicia seu doutoramento, sob orientação de José Mário Pires Azanha.

Como doutoranda, Lisete ingressa no quadro de docentes da FEUSP, aprovada no primeiro processo seletivo público para professores desta Faculdade, em que se tornará livre docente, em 2004, e professora titular, em 2008.

Ainda que tenha tido incursões pela PUC de Campinas, onde fez sua graduação e lecionou, e pela PUC de São Paulo, como professora e pesquisadora, sua trajetória acadêmica centra-se na FEUSP. Lisete foi selecionada, em 1966, para participar do Programa de Assistência Técnica em Educação (PATE), coordenado por José Mário Pires Azanha, que funcionava no prédio do Centro Regional de Pesquisas Educacio-

nais “Professor Queiroz Filho”, na Cidade Universitária – posteriormente ocupado pela Faculdade de Educação da USP, que aí iniciou suas atividades, em 1970. Por este Programa, Lisete participou de ações no Estado de Alagoas, pois o PATE, visava a contribuir com o desenvolvimento educacional das regiões Norte e Nordeste. Nessa atividade, entrou em contato com a implantação de medidas decorrentes do recém editado Decreto-Lei 200/67, que reformava o aparelho de Estado brasileiro, com repercussões até hoje, sendo um dos temas de seu estudo, pois, para Lisete, este Decreto propõe a norma de que a garantia da eficácia das ações e da eficiência dos objetivos, vincula-se à descentralização das tarefas (executivas) e à centralização das decisões (num pequeno grupo). Para Lisete, esta “racionalidade” ou perspicácia política justifica e fundamenta o poder nas mãos de poucos; os burocratas – enquanto funcionários do aparelho do Estado – ficam ocupados com as “rotinas” e a maioria da população, porque convencida do acerto ou da inevitabilidade das decisões, permanece desmobilizada e desmotivada para intervir no seu “destino”.

A crítica ao poder do Estado centralizador e aos processos açodados de municipalização, juntamente com os temas da democracia e da participação popular, tornam-se, desde então, as preocupações dessa grande educadora, que carregará por toda sua vida profissional a diretriz, segundo a qual, opinar sobre questões educacionais locais e regionais exige presença suficiente para aprender sobre os costumes, a história, a cultura educacional e pedagógica, com as pessoas que vivem as circunstâncias estudadas.

Desde muito jovem, Lisete foi reconhecida como liderança no movimento estudantil, sendo presidente do Grêmio Estudantil “Castro Alves”, no antigo curso ginásial. Alguns anos depois, a luta firme e constante pela democracia, e contra a opressão da ditadura civil militar, custou a ela processos administrativos, Inquérito Policial Militar (IPM) e reclusão política forçada.

Em defesa e na construção dos direitos sociais, Lisete transitou em todos os níveis da educação brasileira, como professora, diretora de escola de educação básica e como ocupante de cargos na administração central de diferentes sistemas municipais e da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Sua participação em vários projetos desta Secretaria comprovam a opção, desde sempre mantida, de contribuir para “mudar” o mundo, uma opção pelo “social”, sempre maior e mais significativa que um projeto de vida individual.

Não à toa, em seu memorial ao concurso de livre docente junto à FEUSP, Lisete se autodenominou “caixeira viajante da Educação”: trinta e dois anos de atividades de magistério no serviço público estadual, além do tempo dedicado à Universidade de São Paulo.

É digna de louvor sua presença no governo da cidade de São Paulo, por duas vezes, especialmente quando defendeu com Paulo Freire as diretrizes de: acesso e per-

manência nas escolas, entendida como direito social à Educação; a nova qualidade de ensino; a gestão democrática e um novo Movimento de Educação para jovens e adultos, que constituirão as prioridades do governo de Luiza Erundina, em que Freire foi Secretário da Educação. Essas mesmas bandeiras Lisete levou às Administrações de Diadema em que foi, também por duas vezes, Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Datam desse período sua participação em diferentes fóruns em defesa da educação, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, com as entidades que compunham a ANPED; a participação em grupos de elaboração de uma Proposta Base para as Constituições Estaduais e para as Leis Orgânicas, que deveriam ser formuladas a partir da Constituição Federal de 1988. Também a importante representação de São Paulo, única cidade brasileira selecionada para o encontro internacional das “Cidades Educadoras”, realizado em Barcelona, na Espanha, em 1991, onde participou da elaboração de uma Carta Internacional de Compromissos das Cidades (de todo o planeta Terra) que se assumissem como “educadoras”. Ainda, o apoio dado aos Congressos Nacional de Educação (CONED), na elaboração do I Plano Nacional de Educação (PNE).

Como integrante de governos municipais, teve participação destacada na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação: vice-presidência e secretaria da UNDIME no estado de São Paulo (1993/95 e 1995/97) e Secretária de Articulação da UNDIME Nacional (1995/97).

A prioridade dada à educação leva Lisete à participação em pleitos político-eleitorais, como candidata à deputada estadual, em 2002, e ao governo do estado de São Paulo, em 2018.

Lisete teve, ao longo de sua vida, destacada militância em entidades acadêmicas e sindicais. No início dos anos 80, participou da Associação Nacional de Educação (ANDE); do “avivamento” social da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que deixa de ser uma associação criada e incentivada pelo MEC para ser uma organização mais independente; das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), que coordenadas por essas entidades e pelo Centro de Estudos “Educação e Sociedade” (CEDES) vão se realizar bianualmente nessa década. Presente, em 1982, nas discussões realizadas na FEUSP e em toda a USP, sobre a reorganização dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, nos marcos do “Comitê Pró-Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura”, que vai se tornar “Comitê Pró-Formação do Educador” e que, finalmente, origina a “Associação Nacional de Formação de Profissionais de Educação” (ANFOPE). Na ANPED, integrou o Comitê Científico (2008-09), tendo sido indicada pelo CEDES ao Conselho Técnico Científico da CAPES da Educação Básica, em 2007, quando participou da elaboração de minuta de Decreto sobre o Sistema Nacional de Formação de Professores. Também,

desde as primeiras reuniões, Lisete integra o Grupo de Trabalho de Política Educacional da ADUSP. Presente no Instituto Florestan Fernandes de Políticas Públicas.

Na Fundação Carlos Chagas, participou da pesquisa temática “Educação e Desenvolvimento Social” (1979-1983), junto ao subprojeto “Estudo da Implantação da Escola de Oito Anos”, coordenado por Elba Siqueira de Sá Barreto, que questionou o fracasso escolar sob a ótica da desigualdade social.

Estes temas, aliados à preocupação com a educação como direito inalienável e os estudos dos recursos para assegurá-la com qualidade, são recorrentes nos projetos de pesquisa de Lisete, envolvendo pesquisadores em nível nacional e internacional, conforme pode ser constatado em seu arrolamento, dos atuais aos mais antigos: As crianças estão, de fato, alfabetizadas ao final do 3º ano do ensino fundamental? – um estudo da implantação da meta 5, do PNE 2014/2024 (2017-Atual); O pensamento de Paulo Freire na atualidade: análise de políticas e práticas (2016-Atual); Remuneração de Professores de escolas Públicas de educação Básica no contexto do FUNDEB e do Piso Salarial profissional nacional (PSPN) (2013-2017); Paulo Freire na Atualidade: legado e reinvenção - análise de sistemas públicos de educação a partir dos anos 1990 (2012-2016); Alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental: acompanhamento da implantação da Meta 5, do PNE 2011/2020 (2012-2015); Avaliação e Políticas Públicas de educação Básica: um estudo comparativo de escolas nas cidades de São Paulo e do Porto (Portugal) (2012-2015); Educação do campo e Agroecologia: uma proposta metodológica de desenvolvimento das áreas de assentamento da Reforma Agrária (2012-2014); O Ensino Fundamental de nove anos no estado de São Paulo: um estudo exploratório sobre sua implementação (2010-2012); Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas (2008-2014); Parcerias público-privado: Estratégias de Municípios brasileiros para o atendimento educacional (2007-2012); Análise das Consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional (2007-2010); Avaliando Políticas Educacionais: um Estudo sobre a Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos no Estado de São Paulo (2006-2009); Formação inicial e continuada de pesquisadores, quadros técnicos de Secretarias de Educação, Conselheiros Municipais de Educação e do FUNDEF na área de financiamento da educação e seus mecanismos de controle social (2004-2007); Processo de implantação e impacto do Fundef em Estados e Municípios: casos e comparações com vistas a uma avaliação (1998-2002); Diversidade e Exclusão: a sensibilidade de quem as vive – Construindo Políticas de Inclusão (1999-2002); Acompanhamento da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado de São Paulo: 1996-2000 (1998-2002); Censo Municipal da Pessoa Deficiente (1995-1996); Educação e Desenvolvimento Social (1979-1983); Caracterização das Unidades Escolares para fins de projeção da acomodação da demanda escolar (1972-1975); Ca-

racterização Diagnóstica da Rede Estadual de Ensino frente ao Plano de Implantação da Reforma de Ensino (Lei nº 5692/71) (1972-1975).

Em decorrência, sua produção é encontrada em 49 artigos completos, publicados em periódicos; em 4 livros e mais de 30 capítulos de livros; bem como em jornais de notícias/revistas; em diversos trabalhos completos, publicados em anais de congressos; na apresentação de mais de duzentos trabalhos; em mais de meia centena de participações em assessorias, consultorias e trabalhos técnicos, com igual número de participações em entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia.

Lisete apresenta quase uma centena de participações em defesas de mestrado e em 85 defesas de doutorado, tendo orientado 19 mestrados, 26 doutorados, 4 supervisões de pós-doutorado e outros tantos trabalhos de conclusão de curso de graduação e de iniciação científica. Mesmo aposentada, continua orientando a 5 mestrandos, 7 doutorandos, 1 pós-doutorando e a 2 projetos de iniciação científica. É expressiva sua participação em bancas de comissões julgadoras para: Professor titular (7); livre docência (9) e concursos públicos (13).

Em seu currículo consta a participação em mais de quatrocentos eventos, congressos, exposições e feiras, destacando-se, inúmeras vezes, como organizadora.

Lisete foi diretora da Faculdade de Educação da USP (2010-2014), mas também chefe de departamento (1999-2003), presidente de Comissões, membro da Congregação, por diversas vezes, destacando-se como representante eleita junto ao Conselho Universitário.

Em sua trajetória pela pós-graduação está o ano de 1993, quando participou na reorganização do Curso de Pós Graduação em Educação, com a criação de “áreas de aprofundamento”, nas quais as diferentes linhas e objetos de pesquisas puderam se “alojar”, num processo mais coletivo de pesquisas a ser estabelecido, fruto de avaliações que já vinham sendo feitas e que demonstravam, neste momento, a alta fragmentação que havia neste Curso, exacerbando-se a decisão pessoal de cada pesquisador em relação à escolha de seu grupo de trabalho. Este fato traz a reflexão sobre as dificuldades do momento atual, em que a competição movida pelas avaliações da agências de fomento à pesquisa insiste em impulsionar o pesquisador para ações competitivas de publicações, por vezes repetitivas e estéreis, em detrimento de ações solidárias de maior envergadura na pesquisa pela transformação e efetivação de uma educação de qualidade em todos os níveis.

Na extensão, destacam-se seu envolvimento no Conselho de Cultura e Extensão, mas também em projetos específicos de grande envergadura, envolvendo administrações municipais e movimentos sociais. É um exemplo o que contou com doze municípios da Baixada Maranhense, 90% deles com os menores IDHs do Brasil, um

projeto que discutiu com profundidade a importância e a necessidade do estabelecimento de políticas públicas mais duradouras, para além de cada gestão de governo. Também significativo o projeto de formação de Educadores Populares Infantis, destinado aos movimentos populares (MST, MTST, entre outros) com objetivo de melhor qualificar esses educadores populares. Ainda, o curso de Especialização em Educação e Agroecologia, destinado a professores e lideranças do campo, visando à atualização de conhecimentos e melhoria de sua atuação. E, também, sua participação no Núcleo de Avaliação Institucional (NAI-FEUSP), que congrega uma rede de mais de vinte escolas públicas da grande São Paulo, em torno da defesa de sua autonomia e de um projeto político-pedagógico estimulador de processos de autoavaliação institucional por cada escola. Na extensão, cabe destacar sua intransigente defesa da gratuidade das atividades e cursos, bem como a afirmação de sua fundamental importância no tripé acadêmico, junto ao ensino e à pesquisa.

Sem dúvida, a qualidade da trajetória no ensino, na extensão e na pesquisa junto à FEUSP, acompanhada por sua contundente amorosidade na formação do coletivo desta Instituição, fazem de Lisete uma das mais dignas profissionais a merecer o título de Professora Emérita.

Salve Lisete Regina Gomes Arelaro, pela coragem, coerência e consistência pessoal e acadêmica! Gente como Lisete são para brilhar! Brilhar como um farol! Brilhar para sempre!

Pronunciamento da Homenageada

Professora Emérita LISETE REGINA GOMES ARELARO

Boa tarde a todos, todas e todes!

Primeiramente, gostaria de agradecer a presença virtual de meus colegas e minhas colegas, amigos e amigas, funcionárias e funcionários, alunos e ex-alunas e meus familiares nessa nova forma de encontros que a pandemia nos obriga, e particularmente aos Professores Marcos Neira e Vinício de Macedo Santos... pelo empenho em tornar cada vez mais democrática a nossa Faculdade de Educação.

Gostaria de agradecer, em especial, aos meus colegas que generosamente me concederam o privilégio de receber esse honroso título. Confesso que fiquei surpresa com tal decisão, uma vez que não me enquadro como uma intelectual tradicional, ainda que a coerência científica e os princípios éticos sejam orientadores de minha trajetória acadêmica. Penso, no entanto, que tal honraria me está sendo concedida pela minha convicção e prática na luta pelo direito à educação. Considero que, para isso, são necessário governos democráticos que apostem que a cultura, a educação, a ciência, a tecnologia, as artes, definem o futuro de um país.

Sou uma militante da educação, que acredita na necessidade de propormos, intervirmos e exigirmos a implantação de políticas educacionais nos termos da atual – ainda que bastante alterada – Constituição Federal de 1988, em especial o direito de todos, todas e todes à educação. Sou professora há 52 anos e gosto de ser professora!

Sou também socialista, ex presa política, e ex participante de partidos políticos clandestinos, sou militante política partidária, gosto da educação popular que interessa a maioria da população brasileira e já até quis influenciar as políticas ousando disputar cargo público no Executivo e no Legislativo. Não sou, portanto, “neutra”. Tenho lado, tenho cor, tenho cheiro.

Aprendi com o professor José Mário Azanha, há mais de 50 anos, ainda no ano de 1967, sobre a importância da defesa da escola pública e da autonomia escolar para que a escola possa desenvolver um projeto político pedagógico consistente e que seja significativo para as crianças. Foi nessa ocasião que aprendi e fiz meus primeiros debates sobre a organização do ensino em ciclos e sobre a autonomia da escola poder definir seu projeto pedagógico, ainda no Centro Regional de Pesquisas Professor Queiroz Filho, atual prédio da Faculdade de Educação da USP.

No momento atual, algumas questões como democratização do ensino, gestão democrática, direito de todos x direito de alguns – como defendido nas propostas meritocráticas –, autonomia escolar, e um currículo que preserve a diversidade e os interesses dos diferentes grupos sociais presentes na escola pública, precisam ser

retomados e defendidos em função dos movimentos atuais, em especial, as práticas de censura e controle incentivada pelo Movimento Escola sem Partido.

Tive o privilégio histórico de participar de movimentos estudantis, no final da década de 1950 e início da de 1960, que discutiam e reivindicavam esses direitos. Estávamos, então, vivendo a implantação das propostas do movimento da Escola Nova, propostas estas que valorizavam – vejam que interessante e inovador – os estudantes, como sujeitos que deveriam compartilhar as propostas e a avaliação de seu processo educacional. Em função disso, houve um grande, incentivo para a criação de grêmios estudantis que seriam espaços destinados aos estudantes sem a intervenção das direções de escola para reuniões e discussões de suas propostas. Não por acaso fui presidente do grêmio estudantil Castro Alves, no curso ginásial e da Associação Normalista Alvares de Azevedo, durante o curso Normal, do Instituto de Educação Carlos Gomes, em Campinas. Estávamos também vivendo a implantação de novas crenças sociais via Igreja Católica, no Brasil, adotada por alguns padres e trazidas pela Teologia da Libertação. A conquista de jovens para uma nova atuação da juventude com um viés religioso e político iniciava a fase dos “comunistas cristãos”.

Esse foi um período e uma influência que não podem ser desconsiderados pela educação, pois, com ela novas leituras e releituras foram introduzidas justificando e reivindicando que padres e leigos tivessem uma atuação política visando resgatar o país para a democracia.

Tudo isso misturado com muita poesia, cuba libre, rock’n’roll e teatro.

Nos anos de 1960, as Reformas de Base, aquelas que discutiam as reformas estruturais necessárias para garantir a justiça social no Brasil, estavam sendo apresentadas. E agora já como universitária, as discussões sobre a função da Universidade era contribuir para a implantação dessas reformas. Em 1963, o Estatuto da Terra, uma das reformas de base mais discutida criou a expectativa da urgência e necessidade da realização da Reforma Agrária, sua consequência natural. Mas, até hoje ela não aconteceu.

Por isso, foi surpreendente o golpe-empresarial-militar de 1964. Esperávamos que houvesse resistência e até resistência armada. Mas não houve. E as reformas estruturais foram para as calendas. Estávamos impregnados da esperança de mudanças estruturais no Governo Jango-Goulart. Não foi daquela vez, mas a luta e a resistência estão presentes até hoje.

Vou pular o período de 1965 a 1978, o Ato Institucional nº5 e outras malvadezas dos governos militares para ressaltar o momento histórico que os movimentos de resistência puderam voltar a se manifestar. Mas tenho que fazer uma observação, apesar de já ser professora efetiva em Educação, como ex presa política não julgada fiquei afastada junto à Secretaria de Educação, porque mesmo absolvida no processo administrativo só poderia voltar a dar aulas após julgamento de meu processo na 2ª Auditoria Militar. Foi nesse período que, “como comunista não podia dar aulas”, os números passaram a

fazer parte do meu cotidiano: aprendi tudo sobre os rituais financeiros contábeis dos orçamentos e as estratégias para prestações de contas sem contestação. Começo aí, portanto, os meus estudos sobre financiamento da educação.

Já havia resolvido retomar meus estudos acadêmicos pois, em 1968, havia ingressado no curso de pós-graduação em Ciências Sociais na FFLCH, sob orientação do professor Luís Pereira. E nesta situação, fui aluna nas últimas turmas dos professores Florestan Fernandes e Octavio Ianni, intelectuais importantes na minha formação e, portanto, vivi o histórico embate entre o “CCC” do Mackenzie e a USP da “Maria Antônia”.

Por razões da conjuntura política, acabei interrompendo meus estudos só retornando em 1972, quando ingressei no curso de mestrado da FEUSP, recém-criado, sob orientação da professora Maria da Penha Villalobos. Havia saído a reforma do Estado e discutir a descentralização versus a centralização existente foi uma tentação acadêmica.

Nos anos de 1980, considerado anos perdidos pelos economistas, considero que para o Brasil e a educação foram anos muito produtivos, pois neles surgiram: o Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES (criado ainda em 1979), a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Partido dos Trabalhadores - PT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - ANDES, a reestruturação das Associações Nacionais de Pós Graduação, como a ANPED, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, a criação da Associação Nacional de Educação - ANDE, e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE (inicialmente chamada de Movimento pela Reformulação dos Cursos de Pedagogias e Licenciaturas) e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, agrupamento fundamental de entidades da educação na defesa de princípios e propostas, no processo constituinte de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Fui testemunha do processo inédito de elaboração das constituições municipais (Leis orgânicas dos municípios) com modestos 6 meses para a sua elaboração, situação esta que nos permitiu apresentar propostas aos municípios por meio de encontros com vereadores do Brasil, e que ainda hoje constatamos a transcrição das sugestões feitas a eles naquele momento histórico, inscritas nas Constituições atuais.

Nesta década também aconteceu minha experiência de gestão pública em governos democráticos - ou em transição - primeiro com Mário Covas, então prefeito de São Paulo (1983-85) e na Gestão Luiza Erundina (1989/92), quando tive o privilégio de trabalhar com o Educador Paulo Freire e testar convicções pedagógicas, de forma coletiva, nas áreas de gestão democrática, da democratização do ensino, da formação de professores e professoras, de um projeto de alfabetização de adultos com educadores e educadoras dos movimentos sociais e de um currículo significativo para os “meninos e meninas populares”, como Paulo Freire chamava os alunos e alunas das escolas municipais. Cada ano dessa experiência, compartilhada por muitos e muitas dos que estão aqui, vale um livro. Nita Freire, Luiza Erundina, Ivan Valente,

Mario Sergio Cortella, Sonia Kruppa, Ana Maria Saul, Silvia Telles, Cecília Guaraná, Selma Rocha, Moacir Gadotti, Regina Estima, dentre muitos e muitas colaboradoras...

No final da década defendi meu doutorado (1988), sob orientação do meu querido e saudoso amigo e referência intelectual, Prof. José Mário Pires Azanha, ainda me recompondo pela perda, no final do ano anterior, de meu grande companheiro e esposo, João. Meus filhos Rogério e Camila foram meus grandes sustentáculos, como até hoje o são. Faço uma menção especial a minha amiga e colaboradora Teresa Soares, que há mais de 40 anos cuida de nós e a nova fase da família ao meu genro Jonas e minha netinha Helena. A opção pelos temas de Política Educacional já estava definida como linha de pesquisa e de atuação. E tenho clareza de que foram pesquisas que tratavam da realidade brasileira, nem sempre estudadas com a devida atenção por nós e que orientaram políticas educacionais experimentadas no país.

Nos anos de 1990, novos desafios surgiram: assumir a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da cidade de Diadema, na gestão José de Filippi Jr. (1993/95), a cidade chamada vermelha, não só pela terra vermelha que marcava as barras das calças nos dias de chuva, mas por ser a 1ª cidade que elegeu um prefeito petista - Gilson Menezes, na 1ª eleição livre para Prefeituras Municipais - menos para as capitais - na transição, em 1983 e que se mantinha até aquela data, com o mesmo Partido. Tinham sido 10 anos de boa governança e com alta participação popular, situação que o Brasil ainda vivia de forma tímida e temerosa. Mas, planejar no cotidiano as atividades das três áreas: Educação, Cultura e Esporte, me mostrou o quanto ainda vemos a Educação de forma segmentada e autossuficiente em relação às outras políticas sociais. Aprendi muito com Diadema!

Com o impeachment do presidente Fernando Collor e a assunção de seu vice, Itamar Franco, cuja sede de privatização era menor, a educação volta a exigir toda nossa atenção, em especial, com relação à educação infantil e à educação de jovens e adultos, ambas exigindo novas propostas e novos financiamentos. Como era membra da diretoria da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), Sonia Kruppa e eu compusemos comissões nacionais sobre esses temas. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República (1995 a 2002), as coisas se complicaram, pois se no 1º ano de governo as relações foram amigáveis e até cooperativas, a partir de 1996 as atitudes foram se modificando. O 1º projeto que exigiu grandes debates foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), pois ao privilegiar, na nova política de Fundos, exclusivamente o ensino fundamental gerava uma delicada situação para os municípios, pois até aquele momento a educação infantil de zero a seis anos era sua responsabilidade e ficaria com fonte de financiamento reduzida. Até concluirmos que a acelerada municipalização do ensino fundamental era o objetivo maior e primeiro do FUNDEF, por orientação do Banco Mundial foram muitos debates e pesquisas acadêmicas nacionais e locais! Razão pelo qual, anos

depois resolvemos criar a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - Fineduca (2012).

Foi no 1º governo FHC que a Emenda Constitucional nº 19 foi aprovada, a partir da qual se aceleraram os processos de privatização, primeiro por meio das terceirizações, via a legalização da transferência de recursos públicos para entidades e corporações privadas e, em seguida, pelo leilão - a baixo custo - das nossas empresas estatais. Propostas curriculares nacionais foram feitas pelo governo federal, estabeleceram-se as avaliações nacionais e a reforma do ensino médio. Por curiosidade, consultem o Parecer nº 15/1998, do Conselho Nacional de Educação e comparem com a reforma do ensino médio apresentada, às pressas, no governo Temer e vamos entender um pouco de onde vieram as “sugestões” para adoção da pedagogia de habilidades e competências na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como com o rompimento da concepção de educação básica. As autoras de hoje são as mesmas que atuaram naquele momento. Se ainda estiverem dispostos, leiam as propostas sobre a “colaboração” de empresas privadas na oferta da diversificação técnica profissional do novo ensino médio, que entra em vigor este ano, permitindo (mais uma vez) que recursos financeiros do Fundo da educação básica, hoje chamado de FUNDEB, possam ser utilizados para pagamento desses serviços.

O ensino superior também sentiu os efeitos da crença do governo federal no Estado Mínimo pois, a regulamentação da EC nº 19 por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 200/2000, até hoje chamada de Lei de Irresponsabilidade Social -, impediu a contratação e/ou reposição de novos professores e técnicos das universidades federais, que, por sinal, não foram ampliadas, bem como o aumento necessário dos recursos financeiros para a suas manutenções não se deu. Essa situação só foi melhorada nos governos Lula (2003/2010) e Dilma (2011/2016), com a criação de dezessete novas universidades e reposição de pessoal.

E esse foi um dos problemas dessas Gestões, pois a vasta legislação de caráter neoliberal criada nos governos FHC I e II não foram modificadas nos governos Lula e Dilma. Na área da Educação, os debates com as entidades foram ampliados e as novas diretrizes curriculares da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio, bem como da formação de professores atenderam, grosso modo, as reivindicações das associações científicas e sindicais. Mas, ao mesmo tempo as empresas privadas, tipo Instituto Ayrton Senna e Fundação Lemann, foram ganhando espaço.

Uma questão importantíssima na época foi a discussão e aprovação das propostas de quotas nas universidades públicas que possibilita que, hoje, possamos constatar - pela 1ª vez, em quase 90 anos de sua existência - que a USP teve, com o vestibular de 2020, o maior número de alunos e alunas aprovados oriundos da escola pública. São vitórias que se foram construindo com muita luta, discussões e resistência ao discurso conservador e às vezes, reacionário que nos ronda.

Em 2010, depois de debates calorosos no Departamento onde eu era professora - o

Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA) resolvemos que era hora de alguém do EDA se candidatar à Direção da FEUSP. Fui a escolhida para representar meu Departamento e junto com a Profa. Marília Espósito, amiga e parceira nessa aventura apresentamos nossa candidatura, que após os debates com duas chapas, a consulta à comunidade e a reunião da Congregação foi considerada vencedora. Como dizia Guimarães Rosa, “A vida quer da gente é coragem (...). Viver é muito perigoso e não é não.” (Grande Sertão Veredas) e foi isso que tivemos: coragem de ousar fazer. É importante ressaltar que a nossa foto na sala da Congregação (as duas juntas) expressa nosso mandato: foi parceria, solidariedade e vontade de manter a FEUSP como uma das unidades da USP que defende e pratica a gestão democrática. Que não cumpre somente as ordens da reitoria, mas discute com alunos/as, com funcionários e técnicos, com professores e professoras as possibilidades de influir nas decisões sobre a política educacional e de gestão da USP, cada vez mais aliada às concepções gerenciais.

Em 2015 pedi a aposentadoria pois completava 70 anos de idade e a aposentadoria nesta idade era compulsória. Continuo como professora sênior executando todas as tarefas que se espera de uma professora: dou aulas na Pós-Graduação, cumpro as exigências de produção acadêmica, faço pesquisas e oriento alunos e alunas de mestrado e doutorado. Está chegando a hora de sair de vez...

Quando comecei escrever este texto, o fiz acompanhando o discurso de encerramento do Ato “Educação contra a barbárie”, dia 22/01/2021, proferido pelo Prof. João Carlos Salles, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que citou T. Adorno, o qual em palestra proferida em 1967, mais de 20 anos após o término da 2ª guerra mundial refletia sobre o ressurgimento de grupos e movimentos fascistas na Alemanha, e que me permito transcrever aqui pela semelhança que o governo Bolsonaro, pelos seus atos, nos obriga estabelecer:

Não se deve subestimar esses movimentos – insistia Adorno – devido a seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria. Creio que seria uma falta total de senso político se acreditássemos, por causa disso, que eles são malsucedidos. O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição de meios, a saber, uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no sentido mais amplo, combinada com uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos. [ADORNO, Th. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 54.]

Do corte brutal de recursos financeiros nos orçamentos de 2020 e 2021, que atingem de pronto a continuidade dos trabalhos científicos, tecnológicos, culturais e artísticos nas universidades públicas, do corte de bolsas de estudo, às propostas de educação domiciliar (homeschooling), às de escolas cívico-militares, à perseguição ao pensamento crítico, ao descaso com a Amazônia e com o meio ambiente defendendo a não fiscalização, à invasão de terras indígenas e a defesa de mineração nelas, o estímulo

às violências quanto aos grupos LGBTQI+, às privatizações de nossas estatais, às demonstrações de negacionismo frente à pandemia e ao total cinismo frente às quase 500 mil mortes temos que admitir, que fora a última ditadura do período de 1964 a 1984, estamos vivendo a barbárie e que resistimos lutando contra ela é o essencial.

Qualquer espaço de debate que se tenha hoje passa pela necessidade de denunciarmos o retrocesso que a PEC nº 32, proposta de Reforma Administrativa do Governo, em nome da modernidade e da competência dos serviços públicos, altera brutalmente a Constituição atual, significando novo desmonte do aparelho de Estado, extinguindo na prática, os concursos e a estabilidade dos e das profissionais dos serviços públicos, condição *sine qua non* para o bom desempenho das atividades e a segurança de que as críticas ou divergências com o chefe de plantão não lhes custem seus postos de trabalho, ou um salário de miséria que o congelamento salarial aprovado pela EC nº 109 já impõe. É, portanto, urgente reagirmos à permanência da vigência da EC nº 95/2016 (PEC do fim do mundo) onde tudo começou, com a aprovação do congelamento por 20 anos dos recursos financeiros das políticas sociais, especialmente, os da educação e da saúde e onde o Ministro da Fazenda se apoia para cortar o orçamento da Educação ou para propor os ridículos R\$ 150,00 de auxílio emergencial.

É hora de ousar lutar, ousar vencer! É hora de lembrarmos que lutam melhores quem tem belos sonhos (Che Guevara). E é hora de, como nos mostra o legado de Paulo Freire, neste seu centenário, que

(...) Ninguém luta contra forças que não entende (...). A realidade não pode ser modificada senão quando o homem (e a mulher) descobrem que ela é modificável e que eles o podem fazer.” (Cartas a Guiné Bissau, p.54)

É essa nossa missão: de mediadoras e mediadores do conhecimento que forje a luta! Então: pesquisa, formação e ação!

Minha amiga Beatriz Fétizon dizia que eu era, como o pai dela, caixeira viajante, porque viajei de ponta a ponta do país defendendo a implantação efetiva dos direitos humanos e do direito à educação, como direitos urgentes e inadiáveis.

Que essa homenagem que vocês me fazem hoje, esteja presente em cada um e em cada uma de vocês que me ajudaram a ser mais coerente nas minhas ações, mais competente nas minhas atividades acadêmicas e mais solidária com a responsabilidade social da nossa profissão!

Muito obrigada!

Lisete Arelaro

